

**REGULAMENTO DO PROCESSO PARA A ESCOLHA DOS  
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA  
REITORIA NO CONSELHO SUPERIOR**

**Comissão Organizadora das Eleições**

**NOVEMBRO/2013**

## **CAPÍTULO I**

### **Do processo eleitoral**

**Art. 1º** – O presente Regulamento tem por objetivo normatizar os procedimentos do processo eleitoral para escolha dos representantes dos servidores técnico-administrativos da Reitoria no Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (CONSUP - IFSul), conforme Resoluções 32/2013 e 56/2013 do CONSUP.

**Art. 2º** – O processo eleitoral de que trata o artigo anterior dar-se-á por meio de votação secreta e uninominal, da qual participarão os servidores técnico-administrativos que compõem o Quadro de Pessoal Ativo e Permanente com lotação na Reitoria.

**Parágrafo único** – Para fins deste Regulamento entende-se por lotação somente aquela relativa ao cargo efetivo ocupado pelo servidor.

**Art. 3º** – Será constituída uma Comissão Organizadora das Eleições (COE), formada por servidores técnico-administrativos lotados na Reitoria, que coordenará os procedimentos necessários à eleição da representação de que trata este Regulamento.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Comissão Organizadora das Eleições (COE)**

#### **Seção I**

##### **Da composição da COE**

**Art. 4º**– A COE será composta por um numero mínimo de três membros titulares, limitado ao máximo de sete.

**Art.5º** - A escolha da COE será feita em reunião, convocada pelo Reitor, na qual os membros serão escolhidos mediante sorteio dentre os inscritos, para comporem a comissão, na ordem em que os nomes forem sorteados.

§ 1º - Serão considerados membros suplentes da COE, limitado ao máximo de sete, os servidores inscritos que excederem ao limite máximo estabelecido no Art.4º.

§ 2º - Caso o número de servidores seja insuficiente para compor a COE os inscritos serão designados membros titulares, dispensando-se o sorteio.

§ 3º - O Reitor indicará os membros que faltarem para completar o quantitativo mínimo a que se refere o Art.4º, desde que atenda os requisitos estabelecidos pelo Art.3º.

**Art. 6º** – Os candidatos, seus suplentes, cônjuges ou companheiros e parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins, não poderão compor ou auxiliar a COE.

## **Seção II**

### **Da atuação da COE**

**Art. 7º**– A COE decidirá com autonomia plena em todas as questões relativas ao processo eleitoral a ser realizada na Reitoria.

**Art. 8º**– Em sua primeira reunião, a COE escolherá, dentre seus membros, o presidente, o vice-presidente e o secretário.

**Art. 9º**– As decisões da COE, sobre quaisquer questões dentro do referido processo, serão tomadas por um quórum mínimo de três membros titulares.

**Art. 10** – Caberá à Reitoria disponibilizar à COE todos os meios necessários para a completa operacionalização do processo de consulta à comunidade.

**Art. 11** – Compete à COE:

- I – organizar o processo eleitoral;
- II – solicitar à Reitoria os meios necessários à realização do processo eleitoral;
- III – receber inscrições dos candidatos;
- IV – homologar o registro dos candidatos no primeiro dia útil após o término do prazo para as inscrições;
- V – publicar a lista de candidatos;
- VI – divulgar instruções sobre a forma de votação;
- VII – providenciar e controlar a distribuição do material necessário à votação;
- VIII – nomear mesários para auxiliá-la no processo eleitoral, todos com lotação na Reitoria;
- IX – credenciar fiscais, indicados pelos candidatos, para atuarem junto às mesas receptoras e apuradoras dos votos;
- X – fazer cumprir rigorosa fiscalização do pleito eleitoral, garantindo a lisura do processo;



XI – elaborar cédula de votação, formulário de ata e lista nominal de votação;

XII – divulgar oficialmente o resultado da votação;

XIII – receber e julgar eventuais recursos;

XIV – encaminhar o resultado da eleição ao CONSUP.

**Art. 12** – Os modelos de cédulas e toda a documentação necessária aos mesários e escrutinadores serão elaborados e apresentados à comunidade após a homologação das candidaturas.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos candidatos e das inscrições**

**Art. 13** – Poderão ser candidatos à representação no CONSUP os servidores técnico-administrativos que pertencerem ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente, lotados na Reitoria.

**Art. 14** – No ato da inscrição o candidato deverá indicar seu suplente, que terá de cumprir os mesmos requisitos exigidos do candidato.

**Art. 15** – No ato da inscrição, o candidato e seu suplente deverão apresentar os seguintes documentos:

I - ficha de inscrição de candidato, em duas vias;

II - cópia de um documento oficial de identificação, com foto;

III - atestado funcional, emitido pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, que comprove os requisitos do art.13.

**Art. 16** – As inscrições serão feitas em formulários próprios, fornecidos pela COE, os quais deverão ser assinados pelos candidatos e seus respectivos suplentes.

§ 1º – No ato de entrega do formulário, preenchido e assinado, será fornecido comprovante, com data e horário da inscrição.

§ 2º – No formulário de inscrição, o candidato e seu suplente deverão declarar ter conhecimento das normas constantes neste Regulamento e estar de acordo com as mesmas.

**Art. 17** - O candidato poderá nomear procurador para realizar sua inscrição, por meio de procuração específica.

**Art. 18** – As inscrições dos candidatos ao Conselho Superior serão efetuadas em data, horário e local definidos pela COE.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da consulta**

**Art. 19**– Será considerado eleito titular o candidato que obtiver maior número de votos válidos, não computados os brancos, nulos e abstenções.

**Art. 20** – Em caso de único candidato inscrito, o mesmo será submetido a processo de consulta à comunidade do tipo plebiscito, no qual será respondido “sim” ou “não” ao nome proposto.

§ 1º – Para ser declarado eleito, o número de votos válidos “sim” deverá ser superior ao de “não”.

§ 2º – Caso o número de votos “não” seja maioria, serão reabertas as inscrições de candidatos e realizado novo processo de consulta à comunidade, conforme novo cronograma a ser divulgado pela COE.

§ 3º – Caso persista a situação de único candidato inscrito, seu nome será homologado pela COE.

**Art. 21** – As denúncias, devidamente fundamentadas, referentes a irregularidades cometidas por candidatos e por seus apoiadores durante o processo de eleição serão apuradas pela COE.

§ 1º – Verificada a procedência da denúncia, a COE poderá decidir pela advertência reservada, pela advertência pública ou pelo encaminhamento à Comissão de Ética.

§ 2º – O servidor que infringir o disposto no caput fica sujeito, ainda, a processo administrativo disciplinar, conforme arts. 143 a 146 da Lei 8.112/90.

§ 3º – O candidato infrator terá sua candidatura cancelada.

## **CAPÍTULO V**

### **Dos eleitores**



**Art. 22** – São eleitores os servidores de que trata o artigo 10 deste Regulamento.

**Art. 23** – Cada eleitor terá direito a um voto.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da votação**

**Art. 24** – No ato da votação, todos os eleitores deverão apresentar documento oficial de identificação.

**Parágrafo único** – Para fins deste Regulamento, o crachá emitido pelo IFSul será aceito como documento oficial de identificação.

**Art. 25** – A votação, facultativa e uninominal, será realizada em um único dia, com início e término estabelecidos pela COE.

§ 1º – Nas seções eleitorais, haverá lista com os nomes dos eleitores, os quais deverão assiná-la ao votar.

**Art. 26** – A relação nominal dos servidores técnico-administrativos que compõem o Quadro de Pessoal Ativo Permanente da Reitoria será fornecida pela PROGEP.

**Art. 27** – A sequência dos nomes dos candidatos e o número de sua identificação na cédula eleitoral obedecerão à ordem de inscrição.

**Art. 28** – As cédulas eleitorais serão distribuídas às seções eleitorais pela COE juntamente com o restante do material que compõe o processo eleitoral no dia da eleição, uma hora antes do pleito.

§ 1º – O número de cédulas a ser distribuído para cada seção eleitoral corresponderá ao número total de eleitores da seção, constante da lista nominal de votação.

§ 2º – As cédulas não utilizadas pela seção eleitoral serão devolvidas a COE por ocasião do encerramento dos trabalhos.

§ 3º – O eleitor que rasurar sua cédula terá seu voto anulado.

**Art. 29** – O material a ser utilizado pelos mesários, que é de responsabilidade da COE, consistirá em:

- I – urnas;
- II – cédulas eleitorais;
- III – papel e caneta;
- IV – formulário de ata;

V – regulamento da eleição;

VI – lista nominal de votação;

VII – cabine.

**Art. 30** – Após o encerramento da votação, as urnas serão lacradas pelos mesários, que rubricarão sobre o lacre e solicitarão aos candidatos e fiscais porventura presentes que também rubriquem, lavrando-se, assim, a respectiva ata.

**Parágrafo único** – As urnas, as atas e todo o material utilizado nas seções eleitorais serão entregues ao presidente da COE.

**Art. 31** – Não será permitida a propaganda de boca de urna, ficando o candidato e seus apoiadores submetidos às punições previstas nos §§ 1º e 2º do art. 21 deste Regulamento.

**Art. 32**– O sigilo do voto será assegurado:

I – pelo isolamento do eleitor em cabine;

II – pelo emprego de urnas receptoras de cédulas, que serão deslacradas ao início e lacradas ao término da votação pelos presidentes das seções eleitorais à vista dos mesários e de, pelo menos, um fiscal, ou, na falta desse, de um eleitor que esteja presente no local da votação.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das seções eleitorais**

**Art. 33** – A COE determinará o local de cada seção eleitoral, atribuindo a cada uma um número específico.

**Art. 34** – Em cada seção eleitoral, haverá uma mesa receptora de votos composta de no mínimo três mesários credenciados pela COE.

**Art. 35** – Poderão atuar como mesários os servidores de que trata o art. 13 deste Regulamento.

**Art. 36** – Se necessário, os mesários deverão organizar-se em turnos de trabalho, devendo permanecer, pelo menos, dois em cada turno.

**Art. 37** – A COE indicará, dentre os mesários de cada seção, o presidente, o vice-presidente e o secretário.

§ 1º – São atribuições do presidente da mesa:



I – coordenar e encaminhar os trabalhos, observando o cumprimento deste Regulamento;

II – deliberar sobre situações imediatas ocorridas durante o pleito, ouvidos os demais mesários presentes, sem ferir este Regulamento.

§ 2º – O vice-presidente deverá substituir o presidente quando de sua ausência ou impedimento.

§ 3º – O secretário deverá redigir as atas e demais documentos relacionados ao expediente característico do processo eleitoral.

**Art. 38** – As cédulas de votação serão rubricadas por um mesário no momento da entrega ao eleitor.

**Art. 39** – Será de responsabilidade dos mesários garantir a celeridade da votação, recorrendo, sempre que necessário, a COE.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Dos fiscais**

**Art. 40** – Cada candidato poderá indicar até dois fiscais para cada seção de votação e um fiscal, além do próprio candidato, para acompanhar a apuração.

**Art. 41**– Apenas um fiscal de cada candidato poderá permanecer na seção de votação.

**Art. 42**– A COE manterá, em local visível, lista com o nome dos fiscais credenciados.

**Parágrafo único** – Os fiscais deverão portar crachá de identificação funcional.

**Art. 43** – A ausência de fiscais não impedirá a mesa de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.

**Art. 44** – A atribuição dos fiscais é observar o encaminhamento da eleição, garantindo a não interferência de estranhos, ou mesmo da mesa, a fim de assegurar a moralidade do processo, podendo, ainda, exigir do secretário da seção o registro em ata de ocorrências verificadas.

## **CAPÍTULO IX**

### **Da apuração**



**Art. 45** – A COE iniciará a apuração imediatamente após o término da votação.

§ 1º – A apuração será efetuada em local previamente definido pela COE, sendo permitido acesso somente aos fiscais de apuração devidamente credenciados e aos candidatos.

§ 2º – A COE credenciará servidores técnico-administrativos da Reitoria para auxiliar no processo de apuração, se necessário.

§ 3º – Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos.

§ 4º – As cédulas oficiais, depois de abertas, serão lidas em voz alta por um dos apuradores, cabendo-lhe assinalar a expressão BRANCO na face da cédula que estiver em branco e a expressão NULO na face da cédula que for anulada.

§ 5º – Ao final da apuração de todos os votos serão extraídos os totais de votos.

**Art. 46** – Se houver divergência entre o número de cédulas constantes na urna e o número de votantes que assinaram a lista nominal de votação na respectiva seção, predominará o número de votos na urna.

**Art. 47** – Serão consideradas nulas as cédulas que:

I – não estiverem devidamente rubricadas pelos mesários;

II – contiverem indicações de mais de um candidato;

III – registrarem indicação de nomes não regularmente inscritos;

IV – contiverem expressões, frases, sinais ou quaisquer caracteres estranhos ao objetivo do voto;

V – estiverem assinaladas fora da quadrícula própria.

**Art. 48** – A apuração será coordenada pela COE que, por meio de seu presidente, divulgará o resultado e o publicará.

§ 1º – Se houver recurso, a homologação ocorrerá somente após sua análise.

§ 2º – Para fins de desempate, prevalecerão os seguintes critérios, nesta ordem:

I – maior tempo de efetivo exercício na Instituição;

II – maior idade.

III – sorteio.

**Art. 49** – O presidente da COE presidirá os trabalhos de apuração, podendo, no caso de impedimento, ser substituído pelo vice-presidente e, no impedimento desses, por outro membro da comissão escolhido entre seus integrantes para esse fim.

## **CAPÍTULO X**

### **Dos recursos**

**Art. 50** – Os candidatos que se sentirem prejudicados com o resultado do pleito poderão protocolar recurso escrito, e devidamente fundamentado, a COE, por meio de abertura de processo na Reitoria, no prazo máximo de um dia útil após a divulgação dos resultados, respeitando o expediente do Gabinete do Reitor.

**Art. 51** – As decisões da COE deverão ser comunicadas aos interessados no prazo de até três dias úteis do seu recebimento.

**Parágrafo único** – A câmara recursal é o Conselho Superior.

## **CAPÍTULO XI**

### **Das disposições transitórias**

**Art. 52**– Em atendimento à resolução nº 32/2013 do CONSUP, a comissão de que trata a portaria nº 2618/2013 ficará responsável, também, pela organização da reunião que elegerá a primeira COE.

**Art. 53**- Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo afixado em locais públicos na Reitoria e disponibilizado na página oficial do IFSul na internet ([http:// www.ifsul.edu.br](http://www.ifsul.edu.br)).

Pelotas, 13 de novembro de 2013.